



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DO PARANÁ CIAMP RUA/PR

PROPOSIÇÃO 002/2017 – CIAMP RUA/PR

ASSUNTO: SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-assunto 1. - Criação de Protocolos Operacionais Padronizados aos atendimentos policiais;

Sub-assunto 2. - Aumento de carga horária nas disciplinas de Ciências Humanas, na especialização e na formação continuada, nas áreas da Segurança Pública;

O Decreto 2.405 – de 15 de Setembro de 2015, institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Instrumento de gestão intersectorial de caráter consultivo, propositivo e de monitoramento da Política Estadual da População em Situação de Rua. O CIAMP Rua/PR tem perspectivas de achar caminhos e soluções para melhorar a qualidade de vida deste segmento, inserindo-os gradativamente nas políticas públicas já constituídas, bem como, fomentando novas possibilidades de inclusão, respeitando seus direitos como cidadãos.

Assim, em trabalho conjunto, o colegiado do CIAMP Rua/Pr, sugere adequações na área da Segurança Pública do Paraná, dentre as quais as que seguem. Encaminha-se, portanto, à Secretaria da Segurança Pública e Administração Previdenciária, a seguinte proposição:

PROBLEMÁTICA:

Observa-se a necessidade de aprimorar a relação entre os profissionais da segurança e a população em situação de rua, em especial nas situações de abordagens policiais em via pública. Objetivando evitar possíveis conflitos que porventura possam ocorrer.

SUGESTÃO:

Fomentar junto ao Comando-Geral da PM/PR a **criação de Protocolos Operacionais Padronizados**. Sugere-se que os mesmos sejam construídos conjuntamente com outros entes, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos - CAOP de Direitos Humanos, Defensoria Pública, Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua - CIAMPRua/PR e outros; a fim de instituir e normatizar uma linguagem operacional única, e de ordem técnica, para que se possa incrementar a qualificação técnico-profissional dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Neste mesmo sentido, sugere-se complementarmente outra medida que poderá harmonizar essa relação: o incremento de formação dos profissionais, por meio do **aumento de carga horária de disciplinas, na área de Ciências Humanas, da especialização e da formação continuada**, bem como, que a formação seja interdisciplinar incluindo civis entre os formadores; com oferta de cursos que abordem grupos vulneráveis, Polícia Comunitária, Direitos Humanos, abordagem solidária, entre outros.

JUSTIFICATIVA:

Estar em situação de rua não resulta de uma escolha deliberada do indivíduo e pautada em igualdades de condições. Com efeito, trata-se de um resultado para o qual uma gama de múltiplos fatores concorreram, sendo que qualquer pessoa pode, em algum momento da vida, encontrar-se em situação semelhante.

É sabido que a atuação da polícia militar se dá numa sociedade notadamente multicultural e, também, desigual. Dessa forma, a elaboração de protocolos de atuação para grupos sociais específicos, longe de ser um detalhe acadêmico, mostra-se como uma exigência dos cidadãos para que as suas especificidades e, por conseguinte, os seus direitos, sejam respeitados, quer durante as abordagens policiais, quer em outras circunstâncias.

Contudo, para a elaboração desses protocolos, faz-se necessário estudar as peculiaridades de cada grupo social. Com efeito, tanto políticas de segurança quanto políticas públicas, requerem o conhecimento da realidade perante a qual será aplicada, onde todos e todas, tem os mesmos direitos perante a lei.

Assim, profissionais qualificados da área jurídica, sociológica, antropológica, econômica etc. podem (e devem) contribuir para a elaboração de protocolos de abordagem das populações tidas como vulneráveis.

Entretanto, não apenas em relação à formulação dos protocolos de atuação podem os profissionais das aludidas áreas contribuir. Também para a formação contínua dos agentes da polícia militar isso é possível, por meio do aumento de carga horária de disciplinas na área de

Ciências Humanas, da especialização e da formação continuada, com oferta de cursos que abordem grupos vulneráveis, Polícia Comunitária, Direitos Humanos, abordagem solidária, entre outros.

Para tais misteres, instituições como a Defensoria Pública, Ministério Público, CIAMP Rua/PR e Comunidade Acadêmica, sem prejuízo da sociedade civil, podem contribuir com suas experiências, proporcionando um intercâmbio profícuo e eficaz.

Curitiba, 08 de agosto de 2017

**Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em
Situação de Rua do Estado do Paraná - CIAMP RUA/PR**